

## SEXUALIDADES PERCEBIDA NO ESPAÇO ESCOLAR: currículo como possibilidades de subjetivação do sujeito

Rosângela Ferreira de Sousa Santos <sup>1</sup>  
Vitória Régia Caldas da Silva <sup>2</sup>  
Gláucia Daniele da Silva Lopes <sup>3</sup>

### RESUMO

Apesar da popularização das informações por diversos meios de comunicação, incluindo a ciência e medicina em canais e programas com temas de saúde e qualidade de vida, se observa que o acesso fácil não representa significativo aprofundamento nas reflexões acerca das sexualidades expressadas e vivenciadas em nossa sociedade e toda querela de tabus que estão imbuídos nelas. A falta dessas reflexões mais aprofundadas está na base da continuidade de preconceitos, na não compreensão das dimensões física/emocional/psicológica que se integram na constituição do sujeito portador de uma sexualidade. A escola como espaço de formação cidadã pode contribuir para disseminação de informações significativas para erradicação de tais tabus, em contrapartida também pode ser um atributo social a mais para perpetuação dos mesmos. Ações que contribuam com discussão e reflexão sobre as sexualidades, de forma natural e desprovida dos mitos e tabus arraigados pelo tradicionalismo cultural/religioso se faz necessárias nos currículos escolares. Neste intento a pretensão deste estudo é apreciar e analisar as possibilidades de subjetivação do sujeito sexualizado sob a ótica relacional do professor x currículo a partir das sexualidades percebidas no espaço escolar. Para nos auxiliar nessa jornada (re) visitamos autores como (Altmann (2001), (Paraíso (2012), (Foucault (2014), Ghedin e Pimenta (2008).

**Palavras-chave:** Sexualidades, Currículo, Professor, subjetivação, Espaço escolar.

### INTRODUÇÃO

É notório que alguns temas emergem naturalmente nas conversas entre os adolescentes, a sexualidade é um dos assuntos prediletos e recorrentes nestas discussões nos mais diversos espaços escolares, talvez por estarem vivenciando os efeitos púberes e/ou serem bombardeados a todo instante com informações oriundas das inúmeras instituições sociais, com ênfase para as mídias sociais.

Apesar da popularização das informações por diversos meios de comunicação, incluindo a ciência e medicina em canais e programas com temas de saúde e qualidade de vida, se observa

---

<sup>1</sup> Professora de Educação Básica, Esp. Em Educação Afetiva e Sexual pela Universidade Cândido Mendes - UCAM, Graduada em Ciências Biológicas Modalidade – Licenciatura, pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, [fdessrosangela@email.com](mailto:fdessrosangela@email.com);

<sup>2</sup>Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, [Vitoria182017@gmail.com](mailto:Vitoria182017@gmail.com) ;

<sup>3</sup>Estudante da Educação Básica da Escola de Referência em Ensino Médio Benigno Pessoa de Araújo – EREM - BPA, [glaciaddasl@gmail.com](mailto:glaciaddasl@gmail.com).

que o acesso fácil não representa significativo aprofundamento nas reflexões. A falta dessas reflexões mais aprofundadas está na base da continuidade de preconceitos, na não compreensão das dimensões física/emocional/psicológica que se integram na constituição do sujeito.

Atualmente, embora seja maior a liberdade sexual, a falta de conhecimento continua sendo base para estranhamentos e intolerâncias. Tal quadro resulta da configuração da nossa sociedade, reconhecidamente patriarcalizada e conservadora.

Ações que contribuam com discussão e reflexão sobre a sexualidade, de forma natural e desprovida dos mitos e tabus arraigados pelo tradicionalismo cultural/religioso faz-se necessárias. Neste intento a pretensão deste estudo é apreciar e analisar as possibilidades de subjetivação do sujeito sexualizado sob a ótica relacional do professor x currículo a partir das sexualidades percebidas no espaço escolar. Por meio da pesquisa bibliográfica (re) visitando autores cujas obras estão relacionadas ao nosso objeto de estudo.

## **ASPECTOS DA SEXUALIDADE NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO**

O ser humano se constitui na sua forma de relacionar-se consigo e com o outro, sofisticando hábitos e algumas das necessidades biológicas, de forma a atender a princípios culturais da sociedade vigente “Assim como a inteligência, a sexualidade será construída a partir das possibilidades individuais e de sua interação com o meio e a cultura” (BRASIL, 2000, p.296).

A constituição do sujeito, é um tema central das pesquisas de Foucault, e o mesmo estudou minuciosamente a partir das questões de poder que permeiam toda sua obra, uma vez, que o sujeito se encontra imbricado por relações complexas de poder. Procurando investigar a subjetivação do ser humano na cultura, articulou suas pesquisas a partir de três modos de objetivação transformadores de seres humanos em sujeito. (FOUCAULT, 2014, p.118-119).

O primeiro modo objetivação do sujeito, reporta a investigação que procura acender ao estatuto de ciência, onde a ciência é usada como ferramenta inquisidora de poder sobre o sujeito. O segundo modo de objetivação do sujeito foi denominado de “práticas divisoras”, onde, o sujeito é dividido no interior dele mesmo ou dividido dos outros. O terceiro exemplo de objetivação, é o modo pelo qual o ser humano se torna sujeito, ou seja, a própria subjetivação do sujeito (FOUCAULT, 2014, p.118-120).

A partir de então, orientou suas pesquisas para a sexualidade, “como o homem aprendeu a se reconhecer como sujeito de uma “sexualidade”. ” (FOUCAULT, 2014, p.119).

## SEXUALIDADES TRATADA NO ESPAÇO ESCOLAR

Inicialmente a escola foi dada como espaço de acolhida para alguns enquanto espaço relegado para outros. Lentamente a escola passou a ser reclamada por aqueles que outrora foram renegados e para acolher os diversos grupos de “diversos”, a instituição precisou ser diversa em: organização, currículos, prédios, docentes, entre outros marcadores que implícito ou explicitamente produziram diferenças entre os sujeitos (LOURO, 2014, p.61).

A escola tida socialmente como espaço propício para produção de comportamentos ditos normais viu seu currículo ser alterado com a inserção do tema sexualidade na escola, em meados das décadas de 20 e 30, amparado na intervenção preventiva da medicina higiênica, como medida acautelatória para casos de “desvios sexuais”, que outrora eram vistos como crime e passaram a ser concebidos como doença. Contudo, as décadas de 60 e 70 reportam eventos significativos como: a inclusão obrigatória de educação sexual no currículo da educação formal pública, seguida pelo pronunciamento contrário da Comissão Nacional de Moral e Civismo delegando a família como principal responsável pela educação sexual (ALTMANN, 2001).

Três décadas após ser excluída do currículo oficial a sexualidade volta aos textos oficiais, de forma indireta sob o viés dos temas transversais, contudo, metodicamente acautelada por valores conservadores e tradicionalista, inferindo que a educação sexual deve ser: [...] “primeiramente abordada no espaço privado, por meio das relações familiares. Assim, de forma explícita ou implícita, são transmitidos os valores que cada família adota como seus e espera que as crianças e adolescentes assumam” (BRASIL, 2000, p.299).

Deliberadamente os textos oficiais reforçam os tabus presentes na sociedade ao afirmar que não compete a escola sob nenhuma situação julgar como certo ou errada a educação oferecida pela família, exceto, em caso de violação dos direitos das crianças e dos jovens e que o papel da escola era abrir espaços para pluralidade de concepções, valores e crenças, incumbida de trabalhar o respeito as diferenças a partir da sua própria atitude de respeitar as diferenças expressas pelas famílias. (BRASIL, 2000).

Enquanto a nova Base Nacional Comum Curricular BNCC, preconiza abordagem da sexualidade para os anos finais do Ensino Fundamental, limitadamente sob o aspecto biológico, relacionado a saúde e qualidade de vida e invisibilizando as questões de gênero, como percebemos no seguinte trecho:

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde,



saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira.

Pretende-se que os estudantes, ao terminarem o Ensino Fundamental, estejam aptos a compreender a organização e o funcionamento de seu corpo, assim como interpretar as modificações físicas e emocionais que acompanham a adolescência e a reconhecer o impacto que elas podem ter na autoestima e na segurança do seu próprio corpo.

É também fundamental que tenham condições de assumir o protagonismo na escolha de posicionamentos que representem autocuidado com seu corpo e respeito com o corpo do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva.

Além disso, os estudantes devem ser capazes de compreender o papel do Estado e das políticas públicas (campanhas de vacinação, programas de atendimento à saúde da família e da comunidade, investimento em pesquisa, campanhas de esclarecimento sobre doenças e vetores, entre outros) no desenvolvimento de condições propícias à saúde (BRASIL, 2018, p. 325).

O que nos remete a uma volta no tempo de aproximadamente um século, ou seja, todas as conquistas das últimas décadas como por exemplo os PCNs de temas transversais que tinha um capítulo específico para educação sexual intitulado ORIENTAÇÃO SEXUAL e que foi publicado no ano de 1998, este documento que tinha pouco mais de duas décadas, deu aos professores da educação básica um sopro de alívio ao fornecer um aparato oficial para inserção da educação sexual no espaço escolar, contudo, uma das mais relevantes críticas que este documento oficial recebeu foi que atrelado a ele não houve amparo aos professores por meio de formações continuadas.

Para as pesquisadoras Santos, Souza e Souza (2000), a escola é vista como um espaço de saberes sistematizados onde um grupo ou grupos de indivíduos sustentam seus pilares pedagógicos e administrativos, para tanto, faz-se necessário o uso de diversas ferramentas ditas ou não como pedagógicas que são incorporadas a parti da cultura local onde a escola está situada e não se pode desprezar nenhum item de tal contexto, visto que as particularidades são essências para a construção do currículo a ser empregado na escola .

## **CURRÍCULO – PROFESSOR X AÇÃO DOCENTE**

O campo curricular na educação básica é permeado de avaliações externas e internas com vistas para resultados numéricos que elevem o nível de conhecimento produzido nas escolas perante os exames nacionais e as metas governamentais firmadas anualmente por escola. Na frenética busca por bons índices de aprovação nos pactos educacionais firmados, por vezes a atenção pedagógica se volta para um currículo supérfluo indo de encontro a manutenção de páginas em redes sociais floreando uma educação embelezada e romantizada não condizente com a vida real dos indivíduos que constituem a estrutura viva desse currículo.



Para a pesquisadora Marlucy Paraíso (2021) o currículo é um espaço de encontro e desencontro, conexões e lutas infinitas, de acolhimento e também um espaço de aprender, mesmo com todos os poderes que insistem em fazer do currículo um espaço de controle e de rótulos. Os estudos culturais no campo do currículo ampliaram as possibilidades de entendimentos, estudos e pesquisas, o que o fez transbordar para outros lugares, além das escolas. Tornou imperativo o fato de que todo artefato cultural tem um currículo que pode ser utilizado em benefício da produção de conhecimento.

Ghedin e Pimenta (2008, p.129), chamam a atenção para o modelo prático reflexivo visto que para uma prática dialética que compreenda as razões de sua ação social produtora ou constituidora do sujeito professor é necessário ter o entendimento que:

[...] toda reflexão está sempre historicamente situada diante de circunstâncias concretas que estão ligadas ao contexto social, político, econômico e histórico. Todo ser humano, pelo caráter geral de sua cultura e por ser portador da cultura humana e da cultura de uma determinada sociedade, é um sujeito reflexivo. (PIMENTA e GHEDIN, 2008, p.130).

A percepção do professor como sujeito reflexivo situado em seu tempo e pautado em suas experiências de vida, é uma variável a considerar, na hora de selecionar e priorizar os currículos a serem trabalhados, pois, o professor é um sujeito construído por e pela sua práxi e também é sujeito de uma sexualidade que é moldada e flexionada pela cultura da realidade histórica e geográfica de onde o sujeito encontra-se situado.

Uma das competências do professor baseia-se na didática (PERRENOUD, 2000, p.29). Sendo esta, por sua vez responsável por uma visão integralista e minuciosa do mundo que o rodeia, nesta perspectiva, conteúdos oriundos do livro didático, televisão, músicas, jogos entre outros artefatos culturais presentes no cotidiano são condutores de vieses que permeiam a educação sexual e que de forma geral são ignorados para este fim e por muitas vezes desconsiderados nos currículos escolares, legando ao professor a incumbência de incorporá-los ou não ao seu currículo e levar para sala de aula.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Trago Foucault (2014) para discutir sujeito, pois foi ele quem mais estudou os aspectos da constituição do ser humano como sujeito de si e de uma sexualidade, sujeito a sua própria subjetivação. Enquanto professor, o sujeito é sujeitado a sua práxi que é perpassada pela escolha do currículo as ações que serão realizadas para e por este currículo que se encontra atravessado

pelas inúmeras relações de poder, que permeiam as escolas, em diferentes instituições e espaços, os currículos e os demais artefatos (PARAISO 2012).

O debate contemporâneo a respeito de sexualidade na escola “propõe-se a abordar com crianças e jovens as repercussões das mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pelas demais instituições da sociedade” (BRASIL, 2000, p.299). De modo a preencher as lacunas deixadas por estas. A escola é tida como espaço de normatização e reprodução de normas sociais, pois, a educação sexual quando abordada no espaço escolar intenta complementar a educação oriunda do seio familiar, heteronormatizando as identidades de gênero e expressões das sexualidades (SILVA e SILVA, 2022).

O currículo por vezes, não é orientado pelas reais necessidades existentes no ambiente escolar, e sim, regido pelo que parece ser mais importante para valorização social da escola, pelo que a comunidade em geral pode apreciar e o pelo que possa parecer um bom êxito educacional para os governantes. Outrora enchíamos a boca para falar do currículo do chão da escola, sim, esse tratava ou dizia tratar das necessidades inerentes ao ambiente escolar. Mas afinal, qual é o currículo ideal? Qual o currículo deveria ser priorizado na escola? Qual é o currículo que o professor pode chamar de seu?

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Chamemos a tenção para tudo que é posto socialmente e considerado normal dentro da supracitada lógica binária, que modula continuamente a constituição e formação dos sujeitos. E sobre o sujeitamento desses sujeitos ao longo de suas trajetórias sejam estes professores e/ou alunos, por um currículo que se encontra atravessado pelas inúmeras relações de poder, que permeiam as escolas, em diferentes instituições e espaços, os currículos e os demais artefatos culturais.

Os paramentos curriculares nacionais para o ensino médio chamam a atenção para o debate contemporâneo sobre sexualidade, tendo em vista a larga propagação das mensagens midiáticas, mas quando volta o discurso para o espaço escolar fala apenas em “suprir lacunas” deixadas pelas instituições formadoras do sujeito. Enquanto a Base Nacional Comum Curricular, restringe a educação sexual a poucos parágrafos destinados meramente ao conteúdo biológico nos livros didáticos de ciências naturais. Silva e Silva, (2022), afirmam que a escola é tida como espaço de normatização e reprodução de normas sociais, logo, esta deve enquadrar os sujeitos que nela estão de acordo com as normas sociais e culturais vigentes em determinado período de tempo.



Neste intento, o currículo escolar por vezes não é orientado pelas reais necessidades existentes no ambiente escolar, principalmente no que tange a educação sexual e os aspectos relacionados a constituição do sujeito, e sim, regido pelo que parece ser mais importante para valorização social da escola, pelo que a comunidade em geral pode apreciar, de forma a não causar nenhum alvoroço social ou a minimizar qualquer vão questionamento que possa surgir.

## REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. In: **Estudos Feministas**, ano 9, n. 2, p. 575 – 585, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf).

Acesso em: 10 julho de 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEF, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Ditos e escritos. V.9, Tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p.118-140.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PARAISO, Marlucy Alves. **Criar possíveis com currículos e docências**. Canal do YouTube: Agenciamentos Contemporâneos, 27 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aC69z4QohQU>>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

\_\_\_\_\_, Marlucy Alves. **Metodologias de Pesquisa pós-críticas em educação e currículo**: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Esterman; PARAÍSO, M. A. (org.). **Metodologias de pesquisa pós-crítica em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza. Edições, 2012. p. 25-44.

PERRENOUD, Philippe; trad. RAMOS, Patrícia Chittoni. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000. PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN Evandro. **Professor reflexivo no Brasil gênero e critica de um conceito**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN Evandro. **Professor reflexivo no Brasil gênero e critica de um conceito**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Rosângela Ferreira de Souza; SOUZA, Edilânia Trajano; SOUZA, Josefa Ferreira. **A SEXUALIDADE HUMANA E SUAS INTERFACES COM O LIVRO DIDÁTICO DE BIOLOGIA**. In: Congresso Nacional de Educação – CONEDU, VII. 2020, virtual. Anais |do Congresso Nacional de Educação, GT 07 – Gênero, Sexualidade e Educação. Virtual. ISSN:



2358-8829. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67850> . Acesso em: 10 de julho de 2023.

SILVA, Manoel Luiz Santos da; SILVA, Zuleide Paiva da. **PROFESSORALIDADE:** Uma investigação sobre práticas pedagógicas heterodissidentes. In: Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional da ANPEd, 26. 2022, São Luís. Anais das Reuniões Regionais da ANPEd, GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação. São Luís. ISSN: 2595-7945. Disponível em: [http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/56/12145-TEXTO\\_PROPOSTA\\_COMPLETO.pdf](http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/56/12145-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf). Acesso em: 10 de julho de 2023.